

Caderno de Encargos

CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES INTERIORES DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE TIRES E DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE CHAVES

LOTE 1 - E.P. TIRES

LOTE 2 - E.P. CHAVES

CP.CP/2021/6

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

CADERNO DE ENCARGOS

CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES INTERIORES DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE TIRES E DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE CHAVES

**LOTE 1 - E.P. TIRES
LOTE 2 - E.P. CHAVES**

CP.CP/2021/6

PARTE I - DISPOSIÇÕES JURIDICAS

CLÁUSULA 1.^a - OBJETO DO PROCEDIMENTO

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual de concurso público, que tem por objetivo a concessão do serviço público de exploração dos bares interiores do Estabelecimento Prisional de Tires e do Estabelecimento Prisional de Chaves, constituído pelos seguintes lotes:
 - a) Lote 1: Estabelecimento Prisional de Tires;
 - b) Lote 2: Estabelecimento Prisional de Chaves.
2. O presente caderno de encargos integra ainda os direitos e as obrigações das partes relativas à concessão, incluindo as normas de exploração estabelecidas no interesse dos utilizadores da concessão.
3. A entidade concessionária poderá ainda desenvolver outras atividades que não estejam previstas no contrato ou nas peças do procedimento que dele fazem parte integrante mediante autorização prévia da entidade concedente.

CLÁUSULA 2.^a - UTILIZADORES DA CONCESSÃO

Os bens fornecidos no âmbito da presente concessão destinam-se ao corpo da guarda prisional e restantes funcionários do Estabelecimento Prisional de Tires e do Estabelecimento Prisional de Chaves.

CLÁUSULA 3.^a - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. O contrato de concessão a celebrar no âmbito do presente procedimento terá a duração de 12 (doze) meses, renovável automaticamente por dois períodos

iguais, salvo se denunciado por qualquer uma das partes.

2. A denúncia do contrato pode ser efetuada por qualquer uma das partes, através de carta registada, com a antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA 4.ª - PREÇO BASE

1. O preço base estabelecido para o presente procedimento, correspondente à contrapartida total mínima que a entidade adjudicante se dispõe a receber pelo período estimado de duração do contrato é de € 4.669,03 (quatro mil, seiscentos e sessenta e nove euros e três cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, repartido do seguinte modo:
 - a) Lote 1: € 4.317,81 (quatro mil, trezentos e dezassete euros e oitenta e um cêntimo)
 - b) Lote 2: € 351,22 (trezentos e cinquenta e um euro e vinte e dois cêntimos)
2. O preço referido no número anterior é calculado tendo por base valor do contrato, correspondente ao benefício económico espectável para a entidade concessionária decorrente das taxas cobradas a terceiros pelas atividades principais objeto da presente concessão, durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA 5.ª - DELIMITAÇÕES FÍSICAS DA CONCESSÃO

1. O estabelecimento da concessão é composto pelos bens móveis e imóveis afetos ao serviço a concessionar e pelos direitos e obrigações destinados à realização do objeto da concessão.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se afetos à concessão:
 - a) As instalações dos bares interiores dos Estabelecimentos Prisionais em apreço e todos os bens móveis aí existentes;
 - b) Os bens a criar, construir, adquirir ou instalar pela entidade concessionária, que sejam indispensáveis para o adequado desenvolvimento das atividades concedidas, independentemente de o direito de propriedade pertencer à entidade concedente, à entidade concessionária ou a terceiros.
3. Consideram-se instalações dos bares interiores as respetivas paredes, tetos, pavimentos, caleiras, superfícies exteriores de infraestruturas (gás, água, ventilação, eletricidade), portas, janelas, bem como outros espaços que venham a

ser utilizados pela entidade concessionária.

CLÁUSULA 6.ª - CONTRAPARTIDA FINANCEIRA

1. A entidade concedente estabelece uma contrapartida total mínima a prestar pela entidade concessionária pelo período total estimado de duração do contrato, a repartir do seguinte modo:
 - a) Lote 1: € 4.317,81 (quatro mil, trezentos e dezassete euros e oitenta e um cêntimo)
 - b) Lote 2: € 351,22 (trezentos e cinquenta e um euro e vinte e dois cêntimos)
2. A contrapartida referida no número anterior, à qual acresce IVA à taxa legal em vigor, deverá ser paga em prestações mensais, através de transferência bancária para o NIB a indicar pela entidade adjudicante, até ao final do mês seguinte àquele a que diga respeito, devendo o comprovativo de pagamento ser remetido à entidade concedente.
3. A falta pagamento no prazo designado faz incorrer a entidade concessionária em mora, que cessará com o pagamento do valor mensal em dívida, acrescido de juros de mora à taxa legal aplicável.
4. A entidade concessionária abstém-se de solicitar qualquer prestação monetária à entidade concedente, a título de caução, pela concessão do serviço público objeto do presente procedimento.

CLÁUSULA 7.ª - REMUNERAÇÃO DO ENTIDADE CONCESSIONÁRIA

1. A remuneração da entidade concessionária decorrente da gestão da concessão de serviço público de concessão de bares interiores, objeto do presente procedimento, é exclusivamente decorrente dos resultados financeiros obtidos nas unidades alimentares sob a sua responsabilidade, não sendo devido, pela entidade concedente, o pagamento de qualquer preço.
2. Compete à entidade concessionária a cobrança de todos os valores devidos pelos utentes e utilizadores dos serviços de bar.

CLÁUSULA 8.^a - CONTRATO DE CONCESSÃO

1. O contrato de concessão será composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos, incluindo o código de exploração, e reger-se-á pelas normas aplicáveis estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.
2. Integram o contrato a celebrar, nomeadamente, os seguintes elementos:
 - a) os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pela entidade concedente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos que venham a ser efetuados pela entidade concedente;
 - c) o presente caderno de encargos e seus anexos;
 - d) o código de exploração;
 - e) a proposta adjudicada;
 - f) os esclarecimentos que venham a ser prestados pela entidade concessionária sobre a proposta adjudicada.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustes propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pela entidade concessionária nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 9.^a - GESTOR DO CONTRATO

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, será designado um gestor do contrato pela entidade concedente.
2. No início da execução do contrato a celebrar, a entidade concessionária fornecerá os seguintes dados da entidade concessionária ao gestor nomeado, e vice-versa, para efeitos de acompanhamento do contrato:
 - a) Morada;
 - b) Contacto telefónico;
 - c) Endereço eletrónico.

CLÁUSULA 10.^a - CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL

1. A entidade concessionária poderá ceder, no todo ou em parte, a sua posição contratual, mediante autorização prévia pela entidade concedente, ficando a Cessionária sujeita às obrigações assumidas pela entidade concessionária.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto nos artigos 317.º e 319.º do Código dos Contratos Públicos.
3. É vedada à entidade concessionária, em todo ou em parte, a subcontratação do contrato de concessão.

CLÁUSULA 11.^a - RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO CONCEDENTE

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 423.º do Código dos Contratos Públicos, constituem nomeadamente causas legítimas de resolução do contrato de concessão pelo concedente em apreço:
 - a) a cessão da posição a terceiros sem autorização do concedente;
 - b) a utilização das instalações e equipamentos afetos à concessão para fim diferente do contratualizado;
 - c) a violação grave de quaisquer normas legais ou regulamentares a que a entidade concessionária esteja obrigado no desenvolvimento da atividade concessionada;
 - d) o encerramento da unidade alimentar, salvo motivo fortuito ou de força maior;
 - e) a quebra do dever de sigilo.
2. Sem prejuízo da observância do procedimento previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 325.º do Código dos Contratos Públicos nos restantes casos, a notificação à entidade concessionária da decisão de resolução com fundamento nas causas previstas no ponto anterior produz efeitos imediatos, independentemente de outras formalidades.
3. A resolução do contrato determina, além dos efeitos previstos no contrato, a reversão dos bens do concedente afetos à concessão, devendo a entidade concessionária entregar àquele os bens abrangidos no estado em que se encontravam aquando a celebração do contrato.
4. Caso a entidade concessionária não dê cumprimento ao disposto no ponto anterior, o concedente promove a realização dos trabalhos e aquisições necessárias para

reposição do estado dos bens da sua propriedade afetos à concessão, correndo os respetivos custos pela entidade concessionária.

5. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 421.º do Código dos Contratos Públicos, no caso de resolução por parte da entidade concedente, esta poderá ainda, mediante sequestro, tomar a seu cargo ou através de terceiros o desenvolvimento das atividades concedidas.
6. Não é devida indemnização a qualquer título a entidade concessionária por motivo de resolução do contrato pelo concedente.

CLÁUSULA 12.ª - INCUMPRIMENTO PELA ENTIDADE CONCESSIONÁRIA

1. Sem prejuízo do estipulado na cláusula anterior e da aplicação do artigo 423.º do Código dos Contratos Públicos, a violação das obrigações decorrentes do contrato ou das normas estabelecidas no presente caderno de encargos e código de exploração, segue o regime previsto no artigo 325.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Para efeitos do artigo 329.º do Código Dos Contratos Públicos, considera-se que o concedente pode aplicar penalidades de carácter pecuniário como sanção contratual, no valor de € 100,00 (cem euros) por cada dia de incumprimento da entidade concessionária, atentos os limites constantes nos n.ºs 2 e 3 daquela disposição legal.
3. O direito à aplicação de sanções pecuniárias é cumulativo com o direito de exigir o cumprimento das prestações em falta ou defeituosamente cumpridas, bem como com o direito de indemnização por mora ou incumprimento definitivo, nos termos da lei civil.

CLÁUSULA 13.ª - RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO ENTIDADE CONCESSIONÁRIA

1. A entidade concessionária poderá exercer o direito à resolução do contrato nos casos e termos previstos na lei.
2. Em caso de resolução do contrato pela entidade concessionária por razões imputáveis à entidade concedente, a entidade concessionária terá direito a ser indemnizado pelos danos emergentes e lucros cessantes que venha a sofrer.

CLÁUSULA 14.^a - EFEITOS DA RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. A resolução do contrato de concessão produz efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.
2. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução do contrato.
3. Em caso de resolução, a entidade concessionária não goza do direito de retenção, devendo entregar de imediato as instalações e equipamentos pertencentes à entidade concedente afetos à concessão.

CLÁUSULA 15.^a - CASOS FORTUITOS DE FORÇA MAIOR

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou, de força maior, designadamente greves, outros conflitos coletivos de trabalho, ocupação indevida e ilícita das instalações ou calamidades naturais, for impedido de assumir as obrigações decorrentes do contrato de concessão de serviços de confeção e fornecimento de refeições.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar fundamentadamente tais situações à outra parte, bem como informar do prazo previsível para restabelecer o funcionamento normal do serviço público concessionado.

CLÁUSULA 16.^a - PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1. A entidade concessionária compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade concedente, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo

- o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade concedente esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade concedente, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
 - e) Prestar à entidade concedente toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
 - f) Manter a entidade concedente informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislações relativas à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à entidade concessionária, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;
 - h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade concedente ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
 - k) Prestar a assistência necessária à entidade concedente no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
 - l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD.
2. A entidade concessionária será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade concedente venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

PARTE II - CÓDIGO DE EXPLORAÇÃO DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 17.^a - ENTIDADE CONCESSIONÁRIA

A fim de garantir o cumprimento da legislação comercial e fiscal, a entidade concessionária obriga-se a ter no objeto social da empresa ou, no caso de pessoa singular no respetivo enquadramento fiscal, atividade igual ou análoga ao objeto do contrato (designadamente a exploração de snack-bares, cafés, restaurantes ou cantinas) e a não efetuar alterações ao mesmo no decurso da concessão de exploração do serviço público de alimentação em bares.

CLÁUSULA 18.^a - CONFLITO DE INTERESSES E IMPARCIALIDADE

1. A entidade concessionária não poderá ter na execução do contrato, interesses que direta ou indiretamente entrem em conflito com o objeto do contrato de concessão, e que ponham em causa o serviço público de alimentação em bares.

2. Entende-se que a verificação de conflito de interesses, que decorra do conteúdo da proposta e/ou respetivos documentos apresentados na fase de formação contratual, constitui fator de exclusão daquela proposta, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A verificação da existência de conflitos de interesse nos termos dos números anteriores, na fase de execução do contrato, constitui causa legítima para a resolução do contrato de concessão.

CLÁUSULA 19.ª - OBRIGAÇÕES DO ENTIDADE CONCESSIONÁRIA

No decurso da execução do contrato de concessão do serviço público de alimentação em bares, a concessionária obriga-se a:

- a) Desenvolver as atividades decorrentes da exploração dum bar/cantina:
 - i. Refeições quentes, compostas por sopa e pratos de carne, peixe, bem como de pratos frios, sobremesa e bebida;
 - ii. Bebidas de cafetaria, nomeadamente café, carioca, descafeinado, garoto, copo de leite, leite com chocolate (garrafa e pacote), meia de máquina, galão de máquina, chá e carioca de limão;
 - iii. Sandes, pães-de-leite e croissants, nomeadamente de manteiga, queijo e/ou fiambre, presunto, carne assada, cachorros, bifana, prego, pão com chouriço, frango, atum, delícias do mar;
 - iv. Torradas e tostas, designadamente meia torrada em pão de forma, torrada em pão de forma, tosta de queijo, tosta de fiambre, tosta mista, tosta de atum ou frango;
 - v. Bolos, nomeadamente bolos com e sem creme, queijadas, tartes, salame, fatia de bolos e tartes;
 - vi. Salgados, nomeadamente croquetes, rissóis, pastéis de bacalhau, empadas, folhados, tartes salgadas e batatas fritas;
 - vii. Produtos lácteos, designadamente queijo fresco, iogurte líquido, iogurte combinado ou refeição, iogurte natural, iogurte com pedaços e iogurte aromatizado;
 - viii. Bebidas, nomeadamente refrigerantes de lata e/ou de garrafa, sumos néctar, sumos naturais, água sem gás de 0,33 l, de 0,50 l e/ou 1,5 l, água com gás;

- ix. Diversos, designadamente pastilhas, chocolates, arroz doce, leite-creme, gelatina, pudim, mousse de chocolate ou de outros sabores, salada de fruta, prato de fruta.
- b) Manter em perfeito estado de limpeza as instalações cedidas à concessão, bem como a proceder à desinfeção daquelas instalações, equipamentos e materiais, ao tratamento do pavimento e à remoção de detritos, após o horário de funcionamento;
- c) Efetuar, a expensas suas, a realização de inspeções e análises microbiológicas de produtos prontos, retirados da linha de distribuição, bem como de esfregaços às louças e mãos dos manipuladores, com uma periodicidade mínima de 6 meses;
- d) Efetuar as inspeções e análises referidas na alínea anterior em laboratórios devidamente acreditados e remeter cópias dos relatórios, de onde constem os resultados, à entidade concedente;
- e) Adequar e aplicar de forma satisfatória o Sistema de HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Point), previsto no Regulamento (CE) 852/2004, de 29 de abril, na concessão;
- f) Implementar um sistema de controlo de pragas, desinfestação e desratização por empresa credenciada;
- g) Efetuar as intervenções pontuais que se mostrem necessárias, como o desentupimento das instalações de esgotos;
- h) Assegurar a existência do material e equipamento necessários ao desenvolvimento das atividades típicas da exploração de um bar;
- i) Assegurar a manutenção das respetivas máquinas e equipamentos;
- j) Assegurar o nível de stock de géneros alimentares, considerado adequado ao regular funcionamento do serviço público de alimentação em bares;
- k) Velar pelo bom estado de conservação e salubridade das instalações;
- l) Garantir o cumprimento da legislação em vigor, aplicável à atividade específica da exploração de um bar, nomeadamente em matéria higiene-sanitária;
- m) Assegurar a limpeza e recolha dos resíduos produzidos no âmbito da exploração da concessão;
- n) Cumprir a legislação vigente em matéria de saúde, higiene e segurança, bem como a nível laboral e fiscal;
- o) Assegurar o armazenamento e a eliminação de equipamentos e outros materiais

- nocivos á saúde pública, em conformidade com a legislação em vigor;
- p) Efetuar a faturação dos utentes e demais utilizadores do serviço público de alimentação em bares nos termos legais em vigor, com recurso a *software* certificado;
 - q) Afixar em local visível da concessão as licenças, autorizações, certificações e demais documentação para a qual a Lei exija a sua afixação;
 - r) Efetuar os descontos obrigatórios para a segurança social e retenções na fonte dos trabalhadores da concessão, bem como a proceder ao pagamento dos encargos sociais relacionados com trabalhadores, que sejam determinados por Lei;
 - s) Celebrar e a manter em vigor até ao término contratual da concessão, sem quaisquer encargos para a entidade concedente, um seguro de responsabilidade civil de exploração, e os seguros obrigatórios de acidentes de trabalho, respeitantes aos trabalhadores a desempenhar funções na concessão;
 - t) Assegurar a continuidade e plenitude do serviço público de alimentação em bares durante o horário de funcionamento dos estabelecimentos prisionais.
 - u) Retificar as anomalias detetadas ao abrigo do presente caderno de encargos, dentro de prazo razoável fixado pela entidade concedente;
 - v) Assegurar e garantir o bom funcionamento do bar;
 - w) Cumprir as demais obrigações decorrentes do contrato e das peças do procedimento.

CLÁUSULA 20.^a - OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

No decurso da execução do contrato de concessão do serviço público de alimentação em bares, a entidade concedente obriga-se a:

- a) Assegurar no decurso da vigência contratual o acesso da entidade concessionária e dos seus trabalhadores e demais pessoal às instalações da concessão, salvo caso fortuito ou de força maior;
- b) Informar a entidade concessionária de qualquer circunstância que possa condicionar o normal desenvolvimento das atividades concessionadas, de que venha a ter conhecimento;
- c) Garantir o sigilo sobre toda a documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade concessionária, que venha a ter conhecimento ao

- abrigo ou em relação com a execução do contrato;
- d) Emitir fatura atempadamente, de modo a que a entidade concessionária efetue o pagamento da contrapartida financeira mensal no prazo previsto;
 - e) Responder, em tempo útil, às comunicações da entidade concessionária;
 - f) Cumprir as demais obrigações decorrentes do contrato e das peças do procedimento.

CLÁUSULA 21.^a - REGIME DE EXPLORAÇÃO

1. Os bares são explorados de forma regular, contínua e eficiente, nos termos fixados no contrato de concessão e em conformidade com as disposições legais aplicáveis.
2. A entidade concessionária deve adotar, para efeitos do ponto anterior, os melhores padrões de qualidade, de segurança e de comodidade.
3. O regime de serviço de uso público determina que o acesso ao estabelecimento da concessão, bem como o uso dos respetivos serviços e equipamentos, só pode ser recusado ou retirado a quem não satisfaça ou viole as disposições legais aplicáveis, salvo estipulação contratual em contrário.
4. A entidade concessionária não pode, em qualquer circunstância, discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre utentes e demais utilizadores, nos termos previstos nas disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA 22.^a - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO BAR

1. A entidade concessionária obriga-se, durante a vigência do contrato de concessão, a expensas suas, manter o estabelecimento da concessão aberto e em atividade, durante os seguintes períodos:

Lote	Segunda-feira a Sexta-feira	Fim-de-Semana
Lote 1 - E.P. Tires	08h00 às 20h30	08h00 às 15h00
Lote 2 - E.P. Chaves	08h00 às 20h30	08h00 às 15h00

2. Quaisquer outros períodos de funcionamento ou de encerramento da concessão deverão ser propostos fundamentadamente ao concedente, mediante carta registada com aviso de receção.

CLÁUSULA 23.^a - SEGURANÇA E ACESSO AO ESTABELECIMENTO DA CONCESSÃO PELA ENTIDADE CONCESSIONÁRIA

Por motivos de segurança, o acesso ao estabelecimento da concessão pela entidade concessionária, funcionários desta, veículos afetos à exploração e potenciais fornecedores está sujeito a prévia identificação junto do estabelecimento prisional na qual se insere a unidade alimentar.

CLÁUSULA 24.^a - MEIOS TECNICOS

1. A entidade concessionária obriga-se a apetrechar a concessão a expensas suas, com as máquinas e equipamentos que sejam consideradas necessárias e adequadas ao regular funcionamento das atividades prestadas.
2. A entidade concessionária obriga-se ainda a efetuar a colocação de toda a palamenta necessária mantendo as quantidades necessárias ao bom funcionamento da concessão, nomeadamente louças, talheres, bules, jarros e copos.
3. A entidade concedente reconhece que as máquinas e equipamentos referidos no ponto anterior constituem propriedade da entidade concessionária e como tal, reverterem a seu favor com o término do contrato.

CLÁUSULA 25.^a - MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

1. Na eventualidade de avaria ou funcionamento deficitário das máquinas e equipamentos cedidos à concessão, bem como dos que vierem a ser posteriormente adquiridos e/ou instalados na concessão, a entidade concessionária obriga-se a repor o seu normal funcionamento em prazo considerado razoável, de modo a não prejudicar o serviço público de alimentação em bares/cantinas.
2. Verificando-se demora na reposição do normal funcionamento das máquinas e equipamentos afetos à concessão, nos termos do ponto anterior, a entidade concedente pode fixar um prazo adequado para a resolução definitiva da avaria ou funcionamento deficitário, após o qual se considerará que a entidade concessionária se encontra em situação de incumprimento.

CLÁUSULA 26.^a - ENCARGOS COM ÁGUA, GÁS E ELETRICIDADE

As despesas com água, gás e energia elétrica são da responsabilidade da entidade concedente, devendo, contudo, a entidade concessionária zelar e acatar as observações da entidade concedente para a redução dos eventuais consumos excessivos.

CLÁUSULA 27.^a - TRABALHADORES

1. São da exclusiva responsabilidade da entidade concessionária todas as obrigações relativas ao pessoal contratado por aquela para a concessão, nomeadamente as relativas à sua disciplina, formação e aptidão profissional, bem como pelo cumprimento da legislação laboral.
2. A entidade concessionária obriga-se a proceder à entrega ao concedente do mapa de pessoal a afetar à concessão, com a indicação expressa das respetivas categorias e funções.
3. O mapa de pessoal deve ser afixado de modo visível na concessão, podendo a entidade concedente solicitar à entidade concessionária, de forma fundamentada, a correção dos erros e omissões que nele se detetem.
4. É da responsabilidade da entidade concessionária garantir que todo o pessoal em serviço esteja devidamente fardado e identificado.
5. A entidade concessionária obriga-se a manter a boa ordem no local da concessão e a retirar deste, sempre que seja solicitado de forma fundamentada, o pessoal que a entidade concedente entender não possuir capacidade profissional e/ou cuja permanência no local cause danos à boa ordem, disciplina e cumprimento das obrigações.
6. O pessoal contratado pela entidade concessionária deverá observar as regras da urbanidade, bem como da higiene pessoal na execução de todas as operações inerentes à exploração de um bar, nomeadamente o não manuseamento simultâneo de dinheiro e géneros.
7. Cabe à entidade concessionária providenciar formação adequada ao seu pessoal.
8. A entidade concessionária reconhece que os trabalhadores da concessão se encontram juridicamente vinculados à entidade concessionária, pelo que os seus direitos laborais são inoponíveis à entidade concedente.

CLÁUSULA 28.^a - MÃO DE OBRA RECLUSA

1. A entidade concedente, através do estabelecimento prisional onde se insere o bar interior afeto à concessão, poderá disponibilizar, a título facultativo e a pedido da entidade concessionária, mão-de-obra reclusa a afetar à concessão.
2. As atividades a realizar pelos trabalhadores reclusos decorrem no horário fixado pelos estabelecimentos prisionais, em concordância com a entidade concessionária, devendo ser cumpridos por parte dos reclusos os deveres de assiduidade e pontualidade nos locais da prestação do trabalho.
3. Cada trabalhador recluso deverá estar sempre acompanhado de um funcionário da entidade concessionária, cuja presença é obrigatória.
4. O horário de trabalho a praticar deve respeitar o previsto no n.º 1 do artigo 203.º do Código do Trabalho.
5. A remuneração a pagar pela entidade concessionária aos trabalhadores reclusos afetos à concessão reporta à retribuição mínima mensal garantida, pelo número de horas efetivamente trabalhadas.

CLÁUSULA 29.^a - SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE EXPLORAÇÃO

Para além de outros seguros obrigatórios nos termos legais, a entidade concessionária obriga-se a celebrar e a manter em vigor, até ao término contratual da concessão, sem quaisquer encargos para a entidade concedente, um seguro de responsabilidade civil de exploração no valor mínimo de € 500.000,00 (quinhentos mil euros), cujas garantias devem designadamente abranger danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros por atos ou omissões decorrentes da atividade inerente à concessão, incluindo os resultantes da utilização de quaisquer máquinas e/ou equipamentos, e outros danos causados pelos trabalhadores ou pessoas sob a sua direção, de modo a que não possa ser imputado ao concedente qualquer responsabilidade pelo pagamento de indemnizações.

CLÁUSULA 30.^a - PREÇÁRIO / TABELAS DE PREÇOS

1. Os preços dos bens e serviços a serem prestados aos utentes e demais utilizadores no âmbito da concessão, é o que for indicado na proposta apresentada pela entidade concessionária e aceite pela entidade concedente;
2. Os preços de atividades típicas decorrentes da exploração de um bar/cantina que não se encontrem indicados na proposta, ou de outras atividades que a entidade concessionária pretenda implementar, carecem de autorização prévia da entidade concedente.
3. Para efeitos de interpretação dos pontos anteriores, entende-se que as referências a preços incluem o IVA à taxa legal em vigor.
4. A entidade concessionária obriga-se a elaborar uma tabela de preços praticados, da qual dará conhecimento à entidade concedente, e a mantê-la afixada na concessão em local visível ao público.
5. As alterações ao preçário e às tabelas de preços carecem de autorização prévia da entidade concedente, sem a qual não produzem efeitos.
6. Para efeitos do ponto anterior, entende-se que podem ser autorizadas alterações ao preçário e às tabelas de preços, desde que não sejam originadas por motivos imputáveis à entidade concessionária e que não tivessem como consequência a alteração da ordenação final dos concorrentes no procedimento, caso os preços alterados tivessem sido postos a concorrência.
7. Consideram-se designadamente como causas legítimas de alteração do preçário e das tabelas de preços, os seguintes motivos:
 - a) Aumento da taxa aplicável de IVA;
 - b) Aumento do preço dos bens a serem consumidos pelos utentes e demais utilizadores, ou de outros custos correntes de exploração da concessão;
 - c) Aumento da retribuição mínima mensal garantida ou de outros encargos sociais relacionados com trabalhadores;
8. O preçário e as tabelas de preços, bem como as suas alterações, são elaboradas de modo a refletir o IVA à taxa legal em vigor, para maior conveniência dos utentes e demais utilizadores da concessão.

CLÁUSULA 31.^a - PUBLICIDADE

1. A entidade concedente poderá permitir publicidade localizada e pontual, de acordo com a solicitação da entidade concessionária, disponibilizando esta para o efeito a adequada informação, justificação e eventuais contrapartidas.
2. Em caso algum será autorizada publicidade a bebidas alcoólicas e/ou tabaco, bem como de mensagens políticas ou religiosas.

CLÁUSULA 32.^a - PERSONALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

1. A entidade concessionária obriga-se a apetrechar a concessão com o mobiliário considerado necessário e adequado ao regular funcionamento da concessão, incluindo nomeadamente mesas, cadeiras e equipamento amovível de proteção contra o sol.
2. A entidade concedente adquire a propriedade do mobiliário apetrechado na concessão ao abrigo do ponto anterior, com o término do contrato.
3. A decoração e a personalização das instalações da concessão fica dependente de proposta a ser apreciada e aprovada pela entidade concedente, sem a qual não poderá ser implementada.
4. Como regra geral, a decoração deverá ser apelativa, circunscrever-se ao âmbito da concessão, quer no que respeita à delimitação física do espaço, quer no que respeita aos serviços, e deverá sempre respeitar a imagem da entidade concedente.
5. As alterações nas infraestruturas, mobiliário ou configuração dos espaços cedidos à concessão carecem de autorização prévia da entidade concedente.

CLÁUSULA 33.^a - ACESSO AO ESTABELECIMENTO DA CONCESSÃO E AOS DOCUMENTOS DO CONCESSIONÁRIO PELA ENTIDADE CONCEDENTE

A entidade concessionária deve facultar à entidade concedente, a qualquer entidade por este designada, bem como a qualquer autoridade pública habilitada por disposição normativa para o efeito, o livre acesso a todo o estabelecimento da concessão, bem como aos documentos relativos às instalações e atividades objeto da concessão,

incluindo os registos de gestão utilizados, estando ainda obrigado a prestar sobre esses elementos, os esclarecimentos que lhe sejam solicitados.

CLÁUSULA 34.^a - OBRIGAÇÃO DE INFORMAÇÃO DO CONCESSIONÁRIO

1. No período de vigência do contrato, a entidade concessionária obriga-se, nomeadamente, a informar a entidade concedente de qualquer circunstância que possa condicionar o normal desenvolvimento das atividades concessionadas, bem como de qualquer alteração à composição dos trabalhadores.
2. A entidade concessionária obriga-se ainda a dar conhecimento à entidade concedente das anomalias que sejam detetadas no âmbito da sua implementação e execução. A entidade concessionária obriga-se ainda a providenciar, quando solicitado pelo concedente, documentação comprovativa:
 - a) Da titularidade das autorizações, certificados, credenciais ou licenças legalmente exigidas;
 - b) Do cumprimento das obrigações contributivas, fiscais e laborais;
 - c) Da titularidade e da vigência do seguro de acidentes de trabalho e do seguro de responsabilidade civil de exploração;
 - d) Do cumprimento das obrigações em matéria de saúde, higiene e segurança.

CLÁUSULA 35.^a - FISCALIZAÇÃO PELA ENTIDADE CONCEDENTE

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 302.º, 303.º, 305.º do CCP, a entidade concedente pode fiscalizar o cumprimento do estipulado no caderno de encargos, de modo direto ou através de terceiros, na presença de representantes da entidade concessionária, que permitam avaliar as condições dos produtos em fase de receção, armazenagem, preparação e distribuição, bem como o funcionamento e as características dos equipamentos, sistemas e instalações respeitantes à concessão, correndo os respetivos custos por conta da entidade concessionária.
2. Para efeitos do ponto anterior, entende-se que a entidade concedente pode nomeadamente, a qualquer momento e sempre que o achar conveniente, recolher amostras, as quais deverão ser tomadas em triplicado e conter as indicações necessárias à sua identificação, e mandar efetuar análises, ensaios ou provas em laboratórios oficiais.

3. O exercício do direito de visita e recolha de amostras para análise não dispensa a entidade concessionária da prestação das atividades típicas de exploração de um bar aos utentes e demais utilizadores.
4. As determinações da entidade concedente, emitidas ao abrigo dos seus poderes de fiscalização, são imediatamente aplicáveis e vinculam a entidade concessionária, devendo este proceder à correção da situação, diretamente ou através de terceiros, em prazo a fixar pela entidade concedente, correndo os correspondentes custos por conta da entidade concessionária.
5. O incumprimento do ponto anterior confere à entidade concedente o poder de proceder à resolução do contrato, que não dará lugar a qualquer indemnização por parte da entidade concedente.

CLÁUSULA 36.^a - RECLAMAÇÕES DOS UTENTES E DEMAIS UTILIZADORES

1. A entidade concessionária obriga-se a ter, nos termos legais, à disposição dos utentes e demais utilizadores da concessão, um livro destinado ao registo de reclamações.
2. A entidade concessionária deve informar a entidade concedente da apresentação de quaisquer reclamações registadas no respetivo livro, acompanhadas das respostas dadas aos utentes e/ou demais utilizadores, e dos resultados das diligências e demais providências que porventura tenham sido tomadas.

PARTE III - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 37.^a - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre as partes do contrato no âmbito da sua execução são efetuadas primordialmente através do endereço de correio eletrónico dcp@dgrsp.mj.pt (ou outro a indicar oportunamente pela entidade concedente), com aviso de entrega, em conformidade com o artigo 467.º do Código dos Contratos Públicos.
2. As comunicações ou notificações feitas por carta registada com aviso de receção consideram-se recebidas na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3. As comunicações ou notificações feitas por correio eletrónico consideram-se recebidas na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
4. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte nos termos dos números anteriores.

CLÁUSULA 38.^a - CONTAGEM DOS PRAZOS

A contagem dos prazos na execução do contrato em apreço é efetuada segundo as regras previstas no artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 39.^a - ENCARGOS COM A OUTORGA DO CONTRATO

Todas as despesas resultantes da outorga do contrato de concessão do serviço público de alimentação em bares são da responsabilidade da entidade concessionária.

CLÁUSULA 40.^a - FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica fixada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 41.^a - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não esteja expressamente previsto aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação em vigor, e demais legislação aplicável.